

**PROFESSORINHAS DA NACIONALIZAÇÃO:
a representação do professor rio-grandense na Revista
de Ensino (1939-1942)***

Maria Helena Camara Bastos**

Introdução

O presente estudo pretende analisar o discurso de construção da identidade do professor em um periódico pedagógico — *Revista do Ensino* — editado no Rio Grande do Sul, de 1939 a 1942¹.

A análise da "história das representações inscritas nos textos ou produzidas pelos indivíduos" (Chartier, 1991)—professores que escreveram sobre sua prática, permite melhor compreender como se estabelecem e circulam os discursos de formação da identidade do professor. Isto é "a historicidade do processo discursivo" (Orlandi, 1993, p.23) que idealiza a figura do professor na representação da docência.

A imprensa pedagógica constitui-se em um dispositivo privilegiado para a reflexão sobre o modo de produção do discurso sobre

* O presente texto sintetiza algumas idéias desenvolvidas na tese de doutorado intitulada: *O Novo e o Nacional em Revista: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)*, São Paulo, USP, 1994, capítulo 3.

** Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹0 professor primário foi o destinatário privilegiado da *Revista do Ensino*, criada por iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre, articulados à Secretaria de Educação e Saúde Pública/RS — Divisão Geral de Instrução Pública.

ser docente. Os professores pensam o mundo da maneira que falam sobre ele, testemunhando o universo de crenças que permeiam seu cotidiano, através de relações metafóricas com a conjuntura social e histórica.

Para Hameline (1986, p.197) o discurso pedagógico é o mais metafórico, o que leva a perpetuação de uma tradição (conservação) e uma lógica de moralização histórica — a idéia da *boa consciência pedagógica*. A preocupação combinada de selecionar os professores e de (in)formá-los segundo um certo modelo de "bom" professor vem se constituindo historicamente e convergindo para o delineamento da representação da docência.

Para Chartier (1991, p.183) a "construção das identidades sociais resultam sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma". Nesta perspectiva, "a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, um instrumento que produz uma exigência interiorizada".

A imagem social do professor é muitas vezes um compromisso — ou o resultado de um conflito — entre a tradição e a situação presente (Leon, 1983, p.225-254). Ou seja, as atitudes e representações forjadas no passado interferem na definição e redefinição da profissão docente.

Professorinhas da nacionalização

Ide, prezadas professoras, e cumpri essa apostólica missão, que é a vossa.

Dai à infância o exemplo impressionante do vosso idealismo e do vosso patriotismo.

Idealismo e patriotismo que se afirmam em espírito de sacrifício e que vos leve em ânsia de criação, a todos os recantos da campanha e da colônia rio-grandense, onde desde décadas, gerações inteiras esperam a palavra da cultura e da fé brasileira. (Souza, 1940)

A Revista do Ensino engajou-se na campanha de "reconstrução nacional" do Estado Novo, procurando contribuir para o seu "integral êxito". Empenhada no programa de "renovação educacional", assume a bandeira da "patriótica cruzada" pela educação, que visava a construir uma nova identidade nacional pela disseminação da cultura e do ensino. Os editoriais² da Revista marcaram seu engajamento nesta campanha, mobilizando o professor, de cujos anseios se constituía, também, num intérprete "... nada mais fizemos que coordenar as aspirações comuns, do meio educacional, de publicações de um periódico que serviria de expressão de seus anseios de vida, de renovação e aperfeiçoamento de processos, integrando-nos, ao mesmo tempo, no desejo das altas autoridades orientadoras da Educação no Estado, que nos honraram concedendo-nos o patrocínio oficial".

Expressando-se em nome de seu patrocinador — o Estado — e de seu público leitor virtual — o professor — e promovendo a integração de ambos, a Revista do Ensino toma para si o papel

Os editoriais da Revista do Ensino eram escritos pelo Diretor de Redação, professor Pery Pinto Diniz (Universidade de Porto Alegre).

de "coordenação das aspirações comuns", traduzindo-as nas idéias de "reerguimento moral e intelectual, espírito de fraternidade e colaboração". Assumindo a missão de ser representante da consciência coletiva, ao pretender educar a sociedade quanto à "noção de deveres para com a Pátria e a Civilização" procurou conquistar o seu leitor—o professor, convencendo-o a "trabalhar pela educação das novas gerações e a cultivar o sentido cívico, o reerguimento do índice moral, intelectual e físico do povo brasileiro".

Os editoriais, assim como enfatizavam a "Escola e a Educação como processos de vida individual e social", exaltavam o professor como sua "viga mestra". A docência era caracterizada por expressões como "mobiliante e patriótica missão", "apostolado cívico de redenção nacional", "apostolado nacional", "obra mais divina do que humana", "sagrada missão", "tão nobre profissão", "grandeza cívica da sua missão", "verdadeiro apostolado", "herói anônimo". O professor era conclamado a participar da obra de reconstrução nacional "como fator decisivo do fortalecimento da civilização brasileira".

Voltados para a mobilização docente, os editoriais da Revista do Ensino falavam do professor e para o professor, com o objetivo de "fortalecer, em cada educador, a consciência integral da sua função e deveres". O professor tem na Revista um veículo "formador" da sua postura individual e social. Com o objetivo de reintegração do mestre em sua nobre e verdadeira missão, articula um discurso de engrandecimento da ação docente.

A atividade docente é vislumbrada como uma "obra mais divina que humana", exigindo uma postura de doação, sacrifício,

abnegação, como um sacerdote da Educação que "o amor e a vocação animam". Nesta perspectiva, o editorialista expressa que: "mais do que a própria erudição do professor, vale o seu caráter, exemplo de respeito à ordem e aos seus deveres que, quotidianamente, propicia a seus alunos. Disto depende a fecundidade dos processos escolares, que seriam vazios e sem expressão de outro modo".

As expectativas da Revista do Ensino em relação ao professor podem ser sintetizadas em duas dimensões — pessoal e socioprofissional. Na pessoal, a ênfase é dada à doação, ao idealismo, ao sacerdócio, portanto aos "predicados do espírito e do caráter: a grande tarefa do professor está na função direta da energia moral, do entusiasmo, da fé em sua missão, do devotamento constante". Na socioprofissional, a ênfase reside na formação do professor e sua valorização profissional, evidenciando, com mais clareza, a preocupação de integrá-lo à obra educativa do Estado e aos "princípios superiores da Pátria".

Todas estas "qualidades pessoais" e estes "predicados de espírito" e do "caráter" fazem do professor a "coluna granítica em que repousa a segurança da grandeza e continuidade nacional". Para construir esta imagem do professor, o editorialista faz uso intenso de exemplos de educadores falecidos — "nesta recordação, encontraremos o estímulo para as horas de desânimo, a resignação para os momentos de mágoa, a coragem e o valor para realizar os bons empreendimentos, o amor para espargir o bem". No elogio dos mortos, as qualidades mais valorizadas eram: trabalho, dedicação, despreendimento, sacrifício, modéstia, carinho, competência, honestidade absoluta, integral dedicação, forte noção de dever.

O modelo de professor, centrado no "espírito de sacrifício" e de "apostolar dedicação ao ensino", punha em destaque a função docente como sacerdócio. Mas enquanto era reforçada a "abnegação", o "sacrifício" da ação docente, a questão salarial configurava-se como uma questão menor, subvalorizada e diminuída pelo discurso oficial, em frases como: "sua alta missão transcende os limites do mesquinho interesse individual"; "o professor, que exerce o seu magistério não com fins lucrativos"; "não se confundindo nunca com os professores burocratas, que consideram seu ministério simples meio de vida"; "ao ensino se deve ir só quando uma vocação definida nos impele, jamais em busca de um negócio".

A perspectiva de que "Bons Mestres fazem as Boas Escolas", orienta a atuação da Revista de Ensino em relação ao seu público-leitor. A idealização da conduta do professor, pela exaltação da profissão do educador como "realização magnânima", não é dissociável da apologia das finalidades do "novo" Estado. O professor deve sintonizar sua ação à política estatal, caso contrário é estigmatizado, pela Revista, como "professor buracrata, individualista, egoísta".

Como um "servidor social", o professor tinha uma "missão", que deveria ser abraçada "com idealismo e patriotismo", merecedora de todos os sacrifícios, por ser "nobre e bela". Essa "divina missão" residia na meta de "tornar cada vez maior o sentimento de brasilidade e converter os brasileiros em cidadãos crescentemente mais válidos e presentes". Tratava-se de formar o "homem novo que vai surgir com o Estado Nacional". Tal homem deveria ter como características: "fé profunda em Deus, consagração total à Pátria, disciplina da vontade, vocação à ordem, à austeridade de

conduta, à elegância de atitudes". Estes atributos deveriam também caracterizar a conduta de todo professor, como exemplo a ser seguido. Dessa forma, atitudes como "amor, vocação, dignidade, abnegação, idealismo, despreendimento e dedicação", são constantemente referidas como "um estado de espírito, de um modo de vida" do professor em sua atividade.

Esse "modo de vida" é proposto como um "sacerdócio", como dedicação exclusiva à causa da Educação brasileira, numa "mística de ação que desconhece confortos, horários de trabalho, repouso, regalias regulamentares". Nesta dimensão, residiria a nobreza de seu fazer social "abnegado apostolado formador de espíritos", o que afastaria, de certa maneira, do perfil de um funcionário com "função burocrática". Peixoto também salienta que a tônica do discurso pedagógico desse período foi no sentido de fazer do magistério, mais que uma profissão, um verdadeiro apostolado. A retribuição devida ao professor não é de cunho material ou de valorização de seu trabalho através de oportunidades de aperfeiçoamento, mas sua recompensa é o reconhecimento social de seu trabalho, a satisfação do dever cumprido. Nessa perspectiva, o discurso para e sobre o professor, no Estado Novo, "explora o caráter missionário de que se reverte sua atuação, exaltando a modéstia, a simplicidade, o espírito de renúncia, o sacrifício, como qualidades essenciais do mestre" (Peixoto, 1989, p.323).

A imagem do professor é marcada por metáforas religiosas que convertem o trabalho docente em atividade sagrada, por atitudes de renúncia e solidariedade, e por seus objetivos: modelagem de almas, humanização e regeneração da sociedade. Este discurso moralizador da prática docente intenta reforçar os "predicados do espírito", os quais devem também guiar o modelo pedagógico

a ser implementado. Assim, o processo educativo deve ser mediado por sentimentos como amor, compreensão, bondade, cooperação, solidariedade. Tais sentimentos permitiriam ao professor orientar e conduzir a ação educativa, formando o cidadão capaz de refletir essas atitudes com relação à Pátria. O professor, ao sintetizar essa postura, criaria um área de consenso, desenvolvendo sua prática educativa e a disciplina de forma consentida.

O discurso de moralização do professor reforça também a relação da mulher com o magistério. Como cidadã, mãe e professora, a mulher era coadjuvante do processo de nacionalização e modernização da sociedade brasileira, através da Educação e da escola, formando o homem integral — cidadão patriota, isto é, no exemplo de sua vida de virtudes, forma, plasma, aperfeiçoa, corrige caracteres, cria e estimula bons hábitos. Os predicados de espírito e a pseudofragilidade feminina, condensadas no uso do diminutivo *professorinha*, são valorizadas como elementos importantes à obra de reconstrução nacional. O papel da mulher, como responsável pela educação das crianças, tanto na família quanto na escola, era enaltecido. A atuação da professora tinha de refletir uma maternidade espiritual voltada aos seus filhos — alunos na escola-lar. Para exemplificar esta relação, é significativo registrar a homenagem que a Sociedade Rio-grandense de Educação oferece às 150 novas professoras do Estado, em 1938, concursadas e nomeadas, na qual, como lembrança da festa, são oferecidos exemplares da *Oração do Mestre*, de Afrânio Peixoto, especialmente impresso. Esta *homília*, carregada de uma moral religiosa exagerada da sagrada missão pedagógica (Lopes, 1991), evidenciava quais as expectativas das autoridades educacionais quanto à ação dessas futuras professoras: "que o meu lar fosse a minha escola; ensinar é a maior responsabilidade sobre a terra (...) é

criar a alma; fazer que toda manhã eu acorde de alma tranqüila e coração puro (...) e encontre meus filhos de quem a noite inteira fui privada; faça que eu derrame igual maternidade sobre eles, para que sejam irmãos ao menos na minha escola". A professora, como modeladora de almas, mãe espiritual, atuava na escola como no lar. Educar era amar, e o reconhecimento do trabalho vinha a partir do reconhecimento desse amor. Esta valorização simbólica da ação pedagógica minimizava as dificuldades reais que estas professoras encontravam, desde hostilidade do meio, desconforto material, baixa remuneração, zonas inóspitas, controle rígido e fiscalização de suas atividades profissionais e pessoais. As autoridades, ao endossarem a idéia de que educar é amar, esvaziavam e reduziam a prática docente a um ato de amor e de renúncia: "já lhe fizestes o dom integral da nova vida e por ela renunciastes a todas as outras ambições".

A campanha de nacionalização do ensino, com a implantação de uma rede de escolas públicas, nas zonas coloniais, como forma de abasileiramento dos guetos imigrantes, trouxe uma série de dificuldades às professoras nomeadas para atuar nessas regiões. A idealização da *professorinha* velava a realidade cotidiana. Alguns depoimentos expressam o isolamento, o abandono a que estavam sujeitas, enviadas às zonas inóspitas, em que o único contato, com a sede do município, se dava uma vez por semana, quando o ônibus passava, trazendo correspondências, jornais, notícias. As professoras moravam em pensões ou em casas de famílias de colonos. Para estes, personificavam o elemento repressor do Estado. Essa posição ambígua tornava seu trabalho particularmente difícil — "todos esses sacrifícios, porém, culminam no dia em que a hotelaria pede a elas os quartos em que moram. Eles não mais podem dar abrigo a excomungadas rivais de Hitler. Solta-as na rua" (Martins, 1942, p.17-21).

No registro ficcional, o romance de Vianna Moog (1975) *Um rio que imita o Reno* descreve os percalços enfrentados por uma professora primária numa colônia teuto-brasileira "isolada do mundo, no meio dos colonos que a estimavam. Tudo correria bem até o momento em que o pastor protestante começa a hostilizá-la, porque ela se recusava a conceder-lhe as horas da manhã para o ensino da religião. (...) pretexto para suas propagandas antinacionalistas". Parece que era uma rotina a praxe da denúncia, tanto pelas *professoras da nacionalização* como pelas populações atingidas. Assim, o romance relata a preocupação da *professorinha*, pela representação que o pastor protestante fizera contra ela ao Secretário de Educação porque a tinham visto a passear com o noivo pelos arredores.

Essa passagem indica o controle a que estava submetida a mulher docente, cuja vida pessoal estava à mercê das autoridades educacionais. A Revista do Ensino publica o Comunicado nº 1, da Diretoria de Instrução Pública, dirigido às jovens estagiárias, o qual afirma que "o prestígio do cargo fará convergir sobre vossa responsabilidade todas as atenções e vossas atitudes, gestos, palavras serão estudadas e influirão, positiva ou negativamente, sobre o meio (...) Trajar de acordo com vossa função, com aquela simplicidade que não exclui a elegância, mas sem os exageros, talvez, admitidos nos grandes centros. (...) abandonai os trajes de luxo e os atrativos que tão bem vão nas grandes cidades, mas que lá (pequenas cidades) não cabem". Além da divulgação de comunicados oficiais, a Revista do Ensino publica artigos nos quais o tema é retomado. O artigo de Ferrero, por exemplo, intitulado *O Professor*, ao tratar da questão da autoridade, destaca que a mesma deriva de três classes de condições: físicas, intelectuais e morais. Nas condições físicas, alinha a necessidade de

gozar de boa saúde e ser de compleição resistente, possuir normalidade dos sentidos — visão, audição e voz. Mas, acrescenta: "é mister que o mestre apresente certa dignidade exterior, devendo vestir sem pretensão, porém sem abandono ou negligência. O porte do mestre tem de ser severo e simples, evitando as manias ridículas ou os gestos desordenados. As atitudes sem compostura, a afetação solene e o gesto presunçoso estão dissociados do bom tom" (Ferrero, 1940, p.292).

Essa preocupação com a postura do professor decorria da noção de que, para moralizar, o agente do processo deveria ser um exemplo vivificador". A Revista do Ensino dirigia-se ao professor, insistindo: "educai pelas atitudes do que pelas palavras, pelos julgamentos que expandeis". O exemplo já é um ato educativo, na perspectiva de moralização social. Estas prescrições envolvendo condutas e atitudes do professor visavam constituí-lo como "modelo de virtudes"³. O depoimento da professora Ana Luiza demonstra a absorção das normas emanadas das autoridades educacionais: "já não uso batom nem rouge. A saia azul-marinho há muito que lhe roça abaixo do joelho" (Martins, 1942, p.20).

A construção modelar da prática docente utiliza a família como metáfora do magistério. Este era concebido como uma grande família, cujo espírito de cooperação e solidariedade devia conduzir

Virtudes são disposições constantes do espírito — devoção, humildade, doçura, constância, paciência, sabedoria, gravidade, silêncio, prudência, discrição, zelo, generosidade e bom exemplo — enquanto que qualidades são propriedades ou atributos pela pessoa adquiridas. Para ser uma boa mestra de escola eram necessárias duas qualidades: vigilância e firmeza. E eram necessárias doze virtudes... (Lopes, 1991, p. 67).

a atitude de cada um, contribuindo para um clima de harmonia no ambiente escolar. O modelo enfatizava a identidade de interesses, a unidade espiritual, a disciplina, a harmonia, a hierarquia. Respeito mútuo, compreensão, cordialidade, cooperação, solidariedade e amizade eram também atributos componentes do modelo. A metáfora traduzia-se em preceitos: "conduzam-se as administrações escolares com firmeza e doçura e obedeçam às professoras com alegria e disciplina — à maneira do que se observa nas famílias bem constituídas". As autoridades educacionais eram identificadas com a "autoridade paterna" e deviam conduzir os professores como filhos, com "firmeza e doçura", evitando a criação de ambientes "hostis, conflitantes, dominados de pessimismo". Acima de tudo, não deviam permitir que os alunos percebam ou "vislumbrem o espetáculo deseducador de atitudes menos delicadas". Todos os esforços deviam dirigir-se à constituição de um clima de "alegria construtiva", "compreensão mútua" e "uma atmosfera de serenidade" no ambiente escolar. Essas recomendações deixam entrever que a realidade e o meio hostil dificultavam a manutenção dessa orientação — alegria construtiva versus "não se podia rir muito."

O professor "modelo de virtudes" era proposto como representante do Estado nos pequenos centros urbanos e no meio rural. No âmbito da política de nacionalização neste meio, como "elo de ligação entre as autoridades educacionais e as colônias de imigrantes, levando uma leitura de mundo, voltada a disseminar o sentimento nacional e patriótico de homem". O exercício deste papel requer do professor uma postura social, intelectual, profissional e moral, regulamentada, disciplinada e fiscalizada.

O papel atribuído ao professor como "poderoso instrumento de coordenação, formação e direção social", requer, segundo ponto

de vista da Revista do Ensino, a definição dos limites da atuação docente, consubstanciado num conjunto de deveres — morais e profissionais. Tais deveres são talhados pelo *corpus textual* da Revista, através, principalmente, de artigos intitulados *Credos*⁴, que atuam como guias de comportamento pedagógico. Tais dispositivos exemplificam o procedimento de modelização da prática docente: "devo lembrar que não há padrões fixos de viver; devo criar ambiente de confiança; devo ser sincero e procurar compreender o aluno; devo ser capaz de captar a atenção e o respeito do aluno; devo me capacitar a empregar a melhor estrutura técnica, devo estar metodicamente preparado; devo responder aos alunos, devo continuar a evoluir...".

Para Lenharo (1986, p.169 e 194), durante o Estado Novo, houve a "utilização discursiva de imagens enquanto recurso de auto-representação, com a intenção de demarcar uma identidade cultural própria, manter uma distância preventiva e guarnecer a aura de mistério. (...) As imagens não se acumulam indiscriminadamente: apesar de sua multiplicidade, elas aparecem selecionadas e articuladas de modo especial, pondo-se em realce aquelas mais caras ao imaginário religioso e católico do povo brasileiro: o culto do amor à Pátria, a fé na prática e no futuro, o apostolado para a Pátria, a predestinação do líder, o fim dos antigos intermediários entre o poder e o povo e a nova relação — de comunhão — entre Getúlio Vargas e as massas, as novas leis, atos e

Parece ter sido uma norma de disciplinamento do professor e de sua prática a utilização de Credos, com forte identificação religiosa, visto que são guias para o comportamento que devem ser cumpridos acima de tudo, caso contrário haverá sanções, ao praticante.

atitudes aprovados por todos, concretização da universidade eclesial". Ao professor cabia a perfeita consciência de seus deveres — morais e profissionais — frente à atividade pedagógica, os quais seriam obtidos mediante a homogeneização e disciplinamento de suas atitudes, condutas e práticas escolares e sociais.

A "sacralização" (Lenharo, 1986) do professor é promovida, no discurso da Revista do Ensino também pela valorização profissional, tanto pelo preparo técnico-pedagógico como pela "dignificação da carreira". As estratégias para assegurar o engajamento docente na obra de "reconstrução nacional", têm esta dimensão — "considerando as solicitações imperiosas da obra de renovação que se opera nos setores educacionais do Estado e que propicia ao professorado novas perspectivas de trabalho (...) dentro das normas de prudência e segurança que orientam a reconstrução do sistema educacional, transcurar do valor pessoal do mestre, do seu preparo cultural e técnico, de seus atributos de formação moral e social, seria solapar os alicerces em que cumpre assentar a carreira profissional e, conseqüentemente, a melhoria progressiva da situação do professor".

Concluindo

A Revista do Ensino, pretendendo promover a interlocução entre o Estado e o magistério rio-grandense, veicula as idéias postuladas pelo Estado Novo, de "reconstrução nacional" e "renovação educacional". Falando do professor para o professor, a Revista do Ensino o mobiliza como agente da política do Estado, pela sacralização da sua função docente. Através de um discurso idealista e moralizador, formador da postura — individual e social — do

professor, objetivava cristalizar determinadas práticas e crenças quanto a sua conduta e prática escolar. O trabalho docente foi objeto de inúmeras prescrições de feição homogeneizadora e disciplinador do pensar e do agir pedagógico. Idealismo e patriotismo sintetizam o sentido a ser Corporificado pelo professor *modelo de virtudes* na sua ação como coadjuvante do Estado, na campanha de nacionalização do ensino.

O discurso da Revista procura configurar o professor exemplar como representante da política do Estado, nos pequenos centros urbanos e no meio rural (guetos coloniais). Nessa estratégia, intenta levar o professor-leitor a assumir deveres — pessoais, morais e profissionais — frente à função pedagógica e social na ação nacionalizadora. Noção de moralidade e pureza constituem o universo de construção da identidade do professor como agente de preservação de valores religiosos e morais entendidos como sustentáculos da nação.

A imprensa periódica pedagógica funciona como um dos dispositivos de orientação e direção — intelectual e moral — do magistério rio-grandense, e também como mecanismo de educação continuada do professor; de conformação de suas práticas sociais e escolares. O discurso da Revista do Ensino procura universalizar valores, a fim de produzir sentido ao leitor sobre a identidade do professor, engendrando e fixando um perfil ideal e idealizado.

Esse discurso homogeneizador silencia os conflitos, pela imposição de uma atitude centralizadora, uniformizadora, em nome de uma postulada harmonia. No entanto, deixa um não-dito, um silêncio que faz sentido, o ocultamento do professor real, com limitações e dificuldades em cumprir as expectativas prescritas

no discurso idealizado. "A imagem perpassada pelo discurso não espelha a realidade, mas assume a função de espelho no qual o professor deveria buscar a sua imagem. Dessa forma o discurso não representa o real, mas cria uma idéia do real" (Bastos, Colla, 1993, p.4). A inversão do real pelo ideal, das coisas materiais pelas espirituais dão cunho alienador do espelho usado pelos docentes.

O conhecimento da imagem — ou imagens — que no passado se tinha do professor, possibilita refletir sobre a identidade social "herdada" e operar, assim, um trabalho de reconstrução histórica, de sua formação profissional e prática cotidiana na direção de uma identidade a ser "adquirida", como trabalhador da educação.

Referências bibliográficas

- BASTOS, M.H. e COLLA, A. *Retratando mestres: a idealização do professor na representação da docência*. Porto Alegre: UFRGS, FAGED, 1993. mimeo. p.4.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.11, n.5, p.179, 1991.
- FERRERO, Raul. O professor. *Revista do Ensino*, Porto Alegre, v.2, n.8, p.292, abr. 1940.
- HAMELINE, Daniel. *L'éducation, ses images et son propos*. Paris: ESF, 1986. p.197.
- LENHARO, Alcir. *A sacralização da política*. Campinas: Papyrus: Unicamp, 1986. p.169 e 194.

LEON, Antoine. *Introdução à História da Educação*. Lisboa: Don Quixote, 1983. cap.9 p.225-254.

LOPES, Eliane M.T. *Da sagrada missão pedagógica*. Belo Horizonte: UFMG, Faculdade de Educação, 1991.

MARTINS, Justino Moças que salvaram uma geração. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 28 mar. 1942. p.17-21.

ORLANDI, Eni (Org.). *Discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1993.

PEIXOTO, Ana Maria. *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*. São Paulo, 1989. 323p. Tese — PUC-SP.

SOUZA, J.P. Coelho de. *Circular nº 8008, de 9 de novembro de 1940*. Porto Alegre, 1940. Secretário de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul de 1937 a 1945.

VIANNA MOOG. *Um rio que imita o Reno*. Porto Alegre: Globo, 1957.